



Estado do Rio Grande do Sul



Prefeitura Municipal de Caraá – Setor de Compras e Licitações

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 03/2019.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
AGRICULTURA, FOMENTO, MEIO
AMBIENTE E TURISMO.**

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA
AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO O
PROCESSO SE DARÁ CONFORME PROJETO
COMPOSTO POR MEMORIAL DESCRITIVO E
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA,
DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO EDITAL**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147/2014, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09h** do dia **22 de maio de 2019**, na sede da Prefeitura, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 191/2019, se reunirá com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa, para aquisição de Placas de Sinalização O processo se dará conforme projeto composto por memorial descritivo e planilha orçamentária, documentação anexa ao edital.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas ou não, convidadas pelo órgão licitador, que o estenderá aos demais cadastrados no Município de Caraá, que manifestar sua intenção de participar no prazo de 24(vinte e quatro) horas antes da hora aprazada para o recebimento dos envelopes de documentos e proposta.

1. OBJETO

Contratação de empresa, para aquisição de Placas de Sinalização O processo se dará conforme projeto composto por memorial descritivo e planilha orçamentária, documentação anexa ao edital. A responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados/fornecidos será da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o contrato.

O projeto completo estará disponível no site oficial do município, assim como o edital completo.

2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/FORNECIMENTO

2.1 - A aceitação e o recebimento dos materiais e da obra, objeto desta Licitação, obedecerá ao disposto no artigo 73, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2 A obra objeto desta licitação, deverá ser iniciada, no máximo, 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato e concluída em até 06 (seis) meses podendo ser prorrogado por até igual período, após sendo recebida mediante fiscalização do engenheiro civil desta Prefeitura Municipal, podendo ser o prazo prorrogado por igual período, devidamente justificado.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

2.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega.

2.4 - Local da obra: toda a extensão do município de Carará/RS.

a) DA HABILITAÇÃO:

Para efeitos de habilitação, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa comercial.

b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Declaração, firmada por contador, informando qual o porte da empresa (Micro Empresa, Empresa de Pequeno, Médio ou Grande Porte ou Cooperativa¹).

e) Declaração, sob penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

f) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório.

3.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Certidão negativa de regularidade junto ao Município onde a empresa está sediada;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio, ou sede do licitante; Prova de regularidade junto à seguridade social, demonstrando situação regular, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (INSS);

d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão negativa trabalhista.

3.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Declaração do proponente, firmada também pelo seu responsável técnico legalmente habilitado, de que, através de visita deste ao local das obras e/ou serviços, aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços, conforme consta na proposta apresentada;

¹ As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007.



Prefeitura Municipal de Caraa – Setor de Compras e Licitações

3.4 – Os documentos acima descritos deverão ser apresentados dentro de seu prazo de validade e, se cópia, devidamente autenticados por tabelião, funcionário do Município ou por publicação da imprensa oficial. Sendo que os documentos do subitem 3.2, poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (Internet) ficando sujeitos a comprovação de sua veracidade pela Administração.

3.5 – Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3.6 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos nos subitens 3.2, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco** dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.6.1 - O benefício de que trata o subitem anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.6.2 - O prazo de que trata o subitem 3.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.6.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no subitem 3.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1. DA PROPOSTA:

2. PRAZO DE VALIDADE.

As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da abertura das mesmas.

4.2 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

4.2.1 - Esta licitação é do tipo **menor preço global** e o seu julgamento e classificação das propostas serão avaliadas em função do **menor preço global**.

4.2.2 – Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.3 - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

4.2.4 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas.

4.2.5 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

4.2.6 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

4.2.7 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 01 (um) dia, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 4.2.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste subitem.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

4.2.8 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do subitem 4.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

4.2.9 - O disposto nos subitens 4.2.4 a 4.2.8, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

4.2.10 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

4.3 - DA ELABORAÇÃO:

As propostas deverão ser datilografadas ou digitadas, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitação e responsável técnico, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas. Considerando tais, a proposta deve abranger preços em valores unitários e totais, já incluídos os impostos, custos do frete, considerando o local da obra, previsto neste instrumento com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRIC. FOMENTO E MEIO AMBIENTE.

UNID. ORÇ: 02 – DEPARTAMENTO CULTURA E TURISMO.

FUNÇÃO: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS.

SUB-FUNÇÃO: 695 – TURISMO.

PROGRAMA: 44 – PROMOÇÃO DE TURISMO

PROJETO: 1058– SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS E LOCALIDADES.

ELEM. DES.: 3.3.3.9.0.30.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1 - As propostas que não atenderem as condições desta licitação ou estiverem com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, serão desclassificadas.



Prefeitura Municipal de Caraa – Setor de Compras e Licitações

6.2 – Os materiais e a obra, objetos desta Licitação serão recebidos e aceitos, após sumária inspeção realizada pelo servidor designado para o recebimento dos mesmos, conforme constante no subitem 2.2, podendo ser rejeitadas, caso não atenda as especificações exigidas.

6.3 - Os documentos para a fase de habilitação, bem como a proposta de preços, serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitações, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em dois envelopes distintos, fechados, contendo a seguinte indicação:

ENVELOPE 01

Habilitação
Nome da Empresa
Nº do Convite

ENVELOPE 02

Proposta de preços
Nome da Empresa
Nº do Convite

6.4 - O envelope n º 01 deve conter:

- Os documentos descritos no item 03 deste Edital.

6.5 – O envelope nº 02 deverá conter:

A proposta financeira e planilha orçamentária, contendo os valores unitários e totais do item, em moeda corrente nacional, assinadas pelo responsável técnico e pelo proprietário ou representante legal da empresa.

7 – DOS RECURSOS:

Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nas alíneas, incisos e parágrafos, do artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666/93.

8 - DO CONTRATO:

8.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o Contrato, se, dentro deste prazo, o convocado não o assinar, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do mesmo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste Edital, ou então revogará a Licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.2 - O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 8.1.

8.3 – O contrato a ser firmado com o vencedor da licitação, terá vigência de 06 (seis) meses, tendo em vista o prazo para término da obra, podendo ser prorrogado conforme o art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

8.4 - O contrato só poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93. Ocorrendo as hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

8.5 – À contratada que não satisfazer os compromissos assumidos serão aplicadas as seguintes penalidades:

- 4- Advertência: sempre que forem observadas irregularidade de pequena monta para as quais tenha ocorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais.



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

- 5- Multa: no caso de atraso superior a 30 dias, está facultado ao Município à cobrar multa de 1 % do valor total contratado para 15 dias de atraso, independente de qualquer notificação. Para efeito do cálculo de dias trabalhados, serão descontados os dias chuvosos, ou impraticáveis para execução dos serviços, quando anotados em diário de obras.
- 6- Caso a contratada persista descumprindo as obrigações assumidas, será aplicada nova multa, correspondendo a 2% (dois por cento) do valor total contratado, e será rescindido o contrato de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.
- 7- Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

8.6 – Todas as despesas decorrentes da contratação, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município.

8.7 – Do Contrato a ser assinado com o vencedor da licitação, além das cláusulas consignadas anteriormente, as demais cláusulas necessárias previstas no art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93, e as possibilidades de rescisão ao Contrato, na forma determinada nos art. 77 a 79 de referida Lei.

8.8 – Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo Município, por seu Engenheiro Civil contratado, a qualquer hora.

8.9 – A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto com poderes para tratar com o Município.

8.10 – No caso de recusa no atendimento de qualquer reclamação, independente das sanções cabíveis, o Município poderá confiar a outrem os serviços reclamados e não executados, notificando previamente à contratada, descontando o seu custo, de uma só vez, no primeiro pagamento subsequente.

8.11 – A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente, prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

9 – DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 – Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender quaisquer disposições do presente convite.

9.2 – Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no convite e não apresentadas na reunião de recebimento.

9.3 – Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

9.4 – Só terão direitos a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.



Prefeitura Municipal de Caraa – Setor de Compras e Licitações

9.5 – Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

9.6 – A participação nesta licitação implicará em plena aceitação dos termos e condições deste convite, bem como nas normas administrativas vigentes.

9.7 - O Licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor contratado inicialmente, devidamente atualizado.

9.8 – A presente licitação é regida pelas condições deste convite e pela Lei Federal nº 8.666/93.

9.9 – Se comprovada inexecução total ou parcial das exigências deste edital, a empresa poderá sofrer suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos, conforme artigo 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.10 – Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão de Licitações, que se valerá dos dispositivos legais regedores da matéria.

10 – Fazem parte deste edital:

a) o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico Financeiro e a Planta;

b) a Minuta de Contrato.

10. QUAISQUER INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES RELATIVOS A ESTA LICITAÇÃO, SERÃO PRESTADOS PELOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, EM HORÁRIO COMERCIAL, PELO FONE-FAX (51)3615-1222 e 3615-1324.

Caraá/RS, 14 de maio de 2019.

NEI PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____ / ____ / ____.

TISSIANO DA ROCHA JOBIM
Assessor Jurídica
OAB/RS Nº 74.185



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº _____.

Pelo Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, nos termos do que dispõe os artigos 55, 66 e 76 da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, as partes a seguir qualificadas, de um lado **MUNICÍPIO DE CARÁÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrado no CNPJ/MF sob n.º 01.614.158/0001-14, com sede na rua Arno Von Saltiel, 478, Centro, em nome de seu Prefeito Municipal, **Sr.**, brasileiro, casado, identidade n.º e CPF n.º, residente e domiciliado em, no Município de Carará/RS, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, referente à Carta Convite nº 03/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Contratada assume a obrigação de fornecimento de Placas de Sinalização O processo se dará conforme projeto composto por memorial descritivo e planilha orçamentária, documentação anexa ao edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, tendo o prazo de 05(cinco) dias, contados da assinatura do contrato e mediante a autorização do Engenheiro desta Municipalidade, para dar o início da obra e 06 (seis) meses para concluir, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 O valor contratual é de R\$ (....), sendo R\$, referente à materiais e R\$, referente à mão de obra.

3.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega.

3.3 No pagamento será observado o estipulado no artigo 5º da Lei Federal n º 8.666/93.

3.4 Nos pagamentos realizados após a data do vencimento incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

3.5 Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, II, letra d, da Lei Federal n º 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contrato.

CLÁUSULA QUARTA

O recebimento do objeto do presente contrato dar-se-á da seguinte forma:

4.1 Provisoriamente, pelo Engenheiro responsável por seu acompanhamento e fiscalização;

4.2 Definitivamente, pelo Engenheiro responsável e designado pela autoridade superior competente, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.3 O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética-profissional, pela perfeita execução deste contrato.

4.4 O CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos e o presente contrato ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

CLÁUSULA QUINTA

É de responsabilidade do CONTRATANTE:



Prefeitura Municipal de Carará – Setor de Compras e Licitações

- 5.1 O pagamento das parcelas, conforme determinado na Cláusula Terceira.
- 5.2 A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual, o que será feito pelo engenheiro da CONTRATANTE.
- 5.3 Determinar o afastamento da unidade de serviço de qualquer pessoa não credenciada pela CONTRATADA para prestar os serviços, ou sendo credenciado não gozar de confiança da fiscalização, devendo neste caso efetuar relatório escrito dos fatos que deram causa a decisão.

CLÁUSULA SEXTA

É de responsabilidade da CONTRATADA:

- 6.1 No momento da assinatura deste instrumento:
- 6.1.1 Declaração, do responsável técnico pela execução dos serviços, responsabilizando-se por qualquer dano ambiental que venha a acontecer na execução da obra.
- 6.2 Durante a execução do contrato:
- 6.2.1 Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bem andamento dos trabalhos.
- 6.2.2 Refazer quaisquer serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas vigentes, às suas expensas, desde que, atestadas pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.
- 6.2.3 Remover após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixo de qualquer natureza, provenientes dos serviços, objeto deste contrato.
- 6.2.4 Cumprir e fazer cumprir todas as normas Federais, Estaduais e Municipais, regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas;
- 6.2.5 Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução dos serviços, objeto deste contrato, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como as em vigor no Município, tendo em vista o trânsito de veículos e pedestres.
- 6.2.6 Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes.
- 6.2.7 Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.
- 6.2.8 Manter o Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.
- 6.2.9 Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do Engenheiro Fiscal, ou preposto indicado pelo Município.
- 6.2.10 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente aos referentes aos bens objetos deste contrato.
- 6.2.11 Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes deste contrato.
- 6.2.12 Prestar informações exatas, e não criar embaraços a fiscalização do CONTRATANTE.
- 6.2.13 Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste contrato.
- 6.2.14 Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.
- 6.2.15 Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus ao CONTRATANTE.
- 6.2.16 O representante do CONTRATANTE anotar em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas



Prefeitura Municipal de Caraa – Setor de Compras e Licitações

ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA

No caso de recusa no atendimento de qualquer reclamação, independente das sanções cabíveis, o Município poderá confiar a outrem os serviços reclamados e não executados, notificando previamente a contratada, descontando o seu custo, de uma só vez.

CLÁUSULA OITAVA

O não cumprimento das obrigações, pela contratada incidirá nas seguintes penalidades:

8.1 Advertência: sempre que forem observadas irregularidade de pequena monta para as quais tenha ocorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais.

8.2 Multa: no caso de atraso superior a 30 dias, está facultado ao Município a cobrar multa de 1 % do valor total contratado para 15 dias de atraso, independente de qualquer notificação. Para efeito do cálculo de dias trabalhados, serão descontados os dias chuvosos, ou impraticáveis para execução dos serviços, quando anotados em diário de obras.

8.3 Caso a contratada persista descumprindo as obrigações assumidas, será aplicada nova multa, correspondendo a 2% (dois por cento) do valor total contratado, e será rescindido o contrato de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

8.4 Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

Todas as despesas da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, decorrentes da execução do Contrato, ficarão exclusivamente a cargo do licitante, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer danos e prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município.

CLÁUSULA DÉCIMA

O presente contrato só poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93. O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido por qualquer uma das razões constantes no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto no art. 77 a 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRIC. FOMENTO E MEIO AMBIENTE.

UNID. ORÇ: 02 – DEPARTAMENTO CULTURA E TURISMO.

FUNÇÃO: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS.

SUB-FUNÇÃO: 695 – TURISMO.

PROGRAMA: 44 – PROMOÇÃO DE TURISMO

PROJETO: 1058 – SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS E LOCALIDADES.



Estado do Rio Grande do Sul



Prefeitura Municipal de Caraa – Setor de Compras e Licitações

ELEM. DES.: 3.3.3.9.0.30.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Este contrato se vincula ao memorial descritivo, planilhas orçamentárias e proposta, que seguem em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha/RS, para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiada que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surta os devidos efeitos legais.

Caraá/RS, _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF N °

CPF N °

Responsável pela fiscalização:
Antônio Augusto Borges



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E LAZER

CONVÊNIO SEDACTEL Nº 21/2017

CONVÊNIO que celebram o **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER** e o **MUNICÍPIO DE CARAÁ**, visando à realização do projeto **"IMPLANTAÇÃO SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO PARA OS PONTOS TURÍSTICOS E LOCALIDADES DO MUNICÍPIO"** – contemplado no Sistema Estadual de Participação Popular. (570/2017 - Módulo Convênios FPE).

Expediente nº 17/1100-0000325-1.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**, inscrita no CNPJ sob o nº 94.235.330/0001-00, com sede administrativa na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 10º andar, Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo titular, **VICTOR HUGO ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF sob o n. 236.136.880/34, doravante denominada **SEDACTEL**, e o **MUNICÍPIO DE CARAÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.158/0001-14, com sede administrativa na Av. Arno Von Saltiel, n. 478, Centro, em Caraá/RS, CEP 95.515-000, neste ato representado por seu Prefeito, **NEI PEREIRA DOS SANTOS**, CPF nº 193.425.190-91, firmam nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Estadual nº 14.908, de 14 de julho de 2016, da Instrução Normativa CAGE n. 06 de 27 de dezembro de 2016, o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a realização do projeto **"IMPLANTAÇÃO SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO PARA OS PONTOS TURÍSTICOS E LOCALIDADES DO MUNICÍPIO"**, de acordo com o Plano de Trabalho anexo, tendo sido contemplado no Sistema Estadual de Participação Popular.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

O objeto do presente **CONVÊNIO** deverá ser executado de acordo o Plano de Trabalho aprovado, integrante deste termo independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor do presente **CONVÊNIO** é de R\$ 51.546,39 (cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos) sendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) repassados pelo Estado ao Município, em parcela única, após a publicação da súmula deste termo no Diário Oficial do Estado, e R\$ 1.546,39 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos), que serão disponibilizados pelo Município a título de contrapartida.

Subcláusula única - Na hipótese de ocorrer atraso no repasse de recursos por parte do Tesouro do Estado, aplica-se, no que couber, a disposição contida no art. 19, inciso I, alínea "c" da Instrução Normativa CAGE nº 06, de 27 de dezembro de 2016.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E LAZER

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 As despesas decorrentes do presente CONVÊNIO ocorrerão por conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 11.01

Projeto/Atividade: 7404

Recurso: 0015

Natureza de Despesa: 4.4.40.42

Empenho nº 17002317330

Data do Empenho: 26/06/2017

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

O presente CONVÊNIO terá vigência de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da súmula no Diário Oficial do Estado.

Subcláusula Única – O presente CONVÊNIO poderá ser prorrogado mediante TERMO ADITIVO, de comum acordo entre os Convenientes, quando houver motivo justificado, devidamente autuado em processo, consoante § 2º, art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I – Caberá à SEDACTEL:

- a) repassar ao MUNICÍPIO a importância prevista na Cláusula Terceira nos termos e prazos previstos neste CONVÊNIO;
- b) fiscalizar a execução do CONVÊNIO, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado, ou possam vir a ocasionar, prejuízos aos objetivos e metas estabelecidos;
- c) prorrogar os prazos de início e/ou de conclusão do objeto do convênio, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que a entidade partícipe não haja contribuído para esse atraso;
- d) receber as prestações de contas na forma e nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa CAGE nº 06 de 27 de dezembro de 2016;
- e) emitir parecer sobre a regularidade das contas e da execução do CONVÊNIO;
- f) atestar a efetiva execução no CONVÊNIO, nos termos avençados;
- g) no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, e a execução do CONVÊNIO, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis.

II – Caberá ao MUNICÍPIO:

- a) executar o objeto conforme o estabelecido neste CONVÊNIO e no Plano de Trabalho;
- b) manter e movimentar os recursos financeiros recebidos em conta bancária individualizada e vinculada, identificada pelo nome e número do CONVÊNIO, em estabelecimento bancário oficial do Estado ou, na falta deste, em outro banco, dando-se preferência aos da União;
- c) aplicar os saldos do CONVÊNIO, enquanto não utilizados, em poupança ou modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
- d) aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do CONVÊNIO, devendo os mesmos ser, obrigatoriamente, destacados no relatório e demonstrativos da prestação de contas;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E LAZER

- e) contribuir com a contrapartida mínima exigível, nos termos da Cláusula Terceira;
- f) manter registros contábeis individualizados das receitas e das despesas do CONVÊNIO;
- g) incluir as receitas e as despesas do CONVÊNIO no respectivo orçamento, quando a entidade participe estiver sujeita às disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- h) devolver os saldos do CONVÊNIO e dos rendimentos das aplicações financeiras na data da conclusão do objeto ou na extinção do CONVÊNIO;
- i) devolver os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras, no caso de extinção antecipada do CONVÊNIO;
- j) atestar o recebimento de materiais e a prestação de serviços nos documentos comprobatórios das despesas;
- k) prestar contas dos recursos recebidos, obedecidas às disposições da Instrução Normativa CAGE nº 06 de 27 de dezembro de 2016;
- l) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, ou outros de qualquer natureza, resultantes da execução do CONVÊNIO;
- m) comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do CONVÊNIO para permitir a adoção de providências imediatas pelo órgão ou entidade Estadual;
- n) comprometer-se a concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no CONVÊNIO forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENS

Os bens adquiridos, produzidos ou transformados, ou os resultados e as metodologias obtidas em virtude do presente Ajuste, incorporar-se-ão ao patrimônio do CONVENIENTE quando da conclusão do objeto ou da extinção do presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do recurso recebido deverá ser efetuada em até 60 (sessenta) dias após a conclusão do objeto do CONVÊNIO, observando as normas de contabilidade e auditoria aceitas pela Secretaria da Fazenda e Tribunal de Contas, acompanhada de:

- a) ofício de encaminhamento, dirigido ao Secretário de Estado da Cultura, onde constem os dados identificadores do CONVÊNIO e o número de seu processo;
- b) cópia do termo de CONVÊNIO e respectivas alterações;
- c) Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo concedente;
- d) relatório da execução físico-financeira, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada partícipe;
- e) demonstrativo da execução da receita e da despesa do CONVÊNIO, de modo a evidenciar a receita, classificada segundo a natureza econômica dos ingressos (transferências, contrapartidas, rendimentos das aplicações financeiras), as despesas realizadas e o saldo dos recursos não aplicados, firmados por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado;
- f) cópias das notas de empenho/liquidação, em caso de pessoa jurídica de direito público;
- g) relação de pagamentos, evidenciando o nome do credor, o número e valor do documento fiscal e/ou equivalente, em ordem cronológica e classificados em materiais e serviços;
- h) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do CONVÊNIO, indicando o seu destino final, quando estabelecido neste termo;
- i) extrato da conta bancária vinculada, desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento, a movimentação dos rendimentos auferidos da aplicação financeira e a respectiva conciliação bancária;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E LAZER

- j) demonstrativo do Resultado das Aplicações Financeiras que se adicionarem aos recursos iniciais com os respectivos documentos comprobatórios;
- k) comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados, inclusive rendimentos financeiros, à conta do recurso estadual do CONVÊNIO;
- l) quando do encerramento do CONVÊNIO, relatório da realização de objetivos e metas avançadas, acompanhado dos elementos necessários à comprovação do cumprimento de seu objeto, através da emissão de termo de que os objetivos foram atingidos ou de que os bens adquiridos estão instalados e em funcionamento;
- m) ata de aprovação pelo controle social respectivo, através do Conselho Municipal ou comissão de cidadãos, que congregue, no âmbito municipal, ações incluídas no objeto do CONVÊNIO, quanto à execução física e quanto ao seu atingimento ou declaração, sob as penas da lei, de que o Conselho e a comissão inexistem;
- n) cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o conveniente pertencer à Administração Pública;
- o) parecer do Órgão de Controle Interno Municipal quanto à correta e regular aplicação dos recursos objeto do CONVÊNIO, quando se tratar de MUNICÍPIO;
- p) outros documentos expressamente previstos no termo de CONVÊNIO.

CLÁUSULA NONA - DAS VEDAÇÕES

É vedado:

- a) o pagamento de gratificação, honorários por serviços de consultoria, assistência técnica e assemelhados ou qualquer forma de remuneração a servidores que pertençam aos quadros de pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações da União, do Estado e dos Municípios, bem como despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência, e a atribuição de efeitos financeiros retroativos;
- c) a realização de despesas anteriormente ou posteriormente à vigência do CONVÊNIO.
- d) a realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

São motivos para a extinção antecipada do CONVÊNIO, por iniciativa do órgão ou da entidade da Administração Pública Estadual, além daqueles mencionados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, os seguintes:

- a) quando o objeto do convênio não for executado, conforme estabelecido no cronograma, quando o conveniente tenha dado causa;
- b) a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no CONVÊNIO;
- c) a demora injustificada da entidade partícipe na execução do objeto;
- d) a ausência de prestação de contas parcial no prazo fixado;
- e) a não-aplicação, pelo conveniente, da contrapartida mínima exigível;
- f) o descumprimento de obrigações e cláusulas pactuadas que acarretem prejuízos ao erário.

Subcláusula primeira - A extinção do CONVÊNIO pelos motivos mencionados no caput implica a devolução dos recursos recebidos pela entidade partícipe, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável, sem prejuízo das ações legalmente cabíveis.

Subcláusula segunda - É facultado aos partícipes retirarem-se do CONVÊNIO a qualquer tempo, o que implicará a sua extinção antecipada.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E LAZER

Subcláusula terceira - A extinção do CONVÊNIO, seja qual for o motivo, não exime os seus partícipes das responsabilidades e obrigações originadas durante o período em que estiveram conveniados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

A publicação resumida deste CONVÊNIO, no Diário Oficial do Estado, será providenciada pela SEDACTEL até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte à data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente CONVÊNIO, o MUNICÍPIO se obriga a mencionar em todos os atos de promoção e divulgação a participação do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Subcláusula única - Fica vedado, às partes, utilizar no empreendimento resultante deste CONVÊNIO nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro de Porto Alegre/RS para dirimir as dúvidas oriundas de execução deste convênio não solucionadas por consenso entre as partes.

E, por estarem assim, justos e conveniados, firmam o presente CONVÊNIO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas instrumentárias.

Porto Alegre, 08 de novembro de 2017.

Victor Hugo Alves da Silva,
Secretário de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Nei Pereira dos Santos,
Prefeito Municipal de Carará.

Testemunhas:

1 -
CPF nº 461364790-87

2 -
CPF nº 609.706.610-91

ORÇAMENTO DAS PLACAS

Inclui Placas metálicas, colunas de fixação e concreto na base

Custo Unitário (m²)

R\$ 338,22

TIPO 1 – IDENTIF. LOCALIDADES (VERDE)							
	Q	L (m)	H (m)	Ar (m²)	Ar Tot (m²)	Val Unit.	Val Total
1	27	1,4	0,6	0,84	22,68	R\$ 284,10	R\$ 7.670,75
Total	27				22,68		R\$ 7.670,75

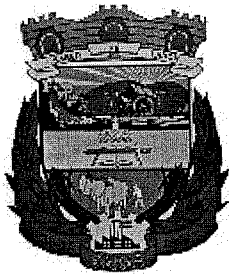
TIPO 2 – INDICAÇÃO (AZUL)							
	Q	L	H	Ar	Ar Tot (m²)	Val Unit.	
1	8	1,4	0,75	1,05	8,4	R\$ 355,13	R\$ 2.841,02
2	20	1,4	1	1,4	28	R\$ 473,50	R\$ 9.470,06
3	8	1,4	1,5	2,1	16,8	R\$ 710,25	R\$ 5.682,04
4	2	1,4	1,8	2,52	5,04	R\$ 852,31	R\$ 1.704,61
Total	38				58,24		R\$ 19.697,72

TIPO 3 – PREVENÇÃO (BRANCA)							
	Q	L	H	Ar	Ar Tot (m²)	Val . Unit	
1	2	2,5	1,5	3,75	7,5	R\$ 1.268,31	R\$ 2.536,62
Total	2				7,5		R\$ 2.536,62

TIPO 4 – ATRATIVOS TURÍSTICOS (MARROM)							
	Q	L	H	Ar	Ar Tot	Val. Unit.	
1	17	2,5	1,5	3,75	63,75	R\$ 1.268,31	R\$ 21.561,30
Total	17				63,75		R\$ 21.561,30

Total	84				152,17		R\$ 51.466,39
-------	----	--	--	--	--------	--	---------------

Eng. Civil Antônio Augusto Borges -- CREA 62.397



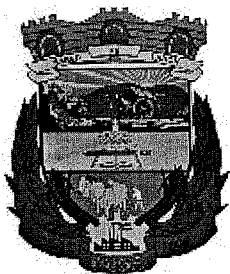
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÁ

MEMORIAL DESCRITIVO

**Objeto: IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO PARA OS PONTOS
TURÍSTICOS E LOCALIDADES DO MUNICÍPIO**

Origem do Recurso Financeiro: Consulta popular 2016/2017

Data: Nov/18



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÁ

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento tem por objetivo estabelecer as condições técnicas que deverão ser seguidas na execução das Placas de Sinalização Turística, no Município de Caraá,. As placas serão colocadas em locais indicados em mapa elaborado para este fim.

GENERALIDADES:

1.1. As normas, projetos de Normas, especificações, métodos de ensaios e padrões aprovados e recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística e de acordo com a legislação em vigor, inclusive sobre segurança do Trabalho serão parte integrante destas especificações, como se nelas estivessem transcritas.

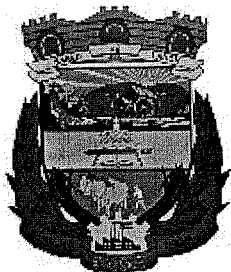
1.2. Estas especificações são complementadas pelos projetos e detalhes de execução, devendo ser integralmente obedecidas, nos casos omissos serão esclarecidos pela Supervisão do Planejamento Municipal.

1.3. Em caso de divergências prevalecerão:

- a) As especificações estabelecidas sobre os desenhos;
- b) As cotas assinaladas sobre as dimensões medidas em escala;
- c) Os desenhos de maior escala sobre os de menor escala.

1.4. A mão de obra e os materiais a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de boa qualidade, em obediência a estas especificações e aos padrões em vigor.

1.5. A aplicação de materiais industrializados ou de emprego espacial obedecerá às recomendações dos fabricantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ

1.6. As placas deverão ser entregues limpas e acabadas, isentas de vestígios de obras.

1.7. Quaisquer alterações, proposições por parte do construtor deverão ser devidamente aprovadas pela fiscalização antes de sua execução.

1.8. . Se as circunstâncias ou condições locais necessitarem, por ventura, a substituição de alguns dos materiais especificados no presente memorial descritivo, esta obedecerá ao disposto dos itens subsequentes e só poderá ser efetuada mediante expressa autorização, por escrito, da fiscalização para cada caso particular.

2. PLACAS TURÍSTICAS

2.1. GENERALIDADES

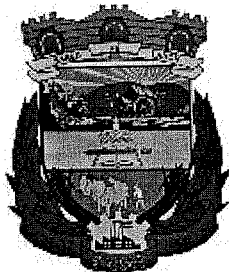
A Placa será constituída de base, estrutura e placas, de forma que o conjunto desses elementos se torne uma estrutura monolítica. Todas as ligações com solda serão realizadas com solda tipo MIG, devendo receber lixamento e aplicação de massa plástica, onde for necessário, para dar acabamento sem rebarbas, saliências ou reentrâncias.

A pintura deverá ser aplicada sobre superfícies completamente livres de sinais de oxidação e sujeiras. Na instalação deverá ser tomado cuidado extra para se evitar arranhões na pintura da Placa Interpretativa.

2.2. SUPORTE

SUPORTE: Conforme modelos em anexo será constituído de tubo metálico galvanizado fixado diretamente no solo - Os suportes deverão ser em tubo de aço galvanizado com 3.50m (três metros e cinquenta centímetros) de comprimento, diâmetro externo de 2 (duas polegadas) e parede com espessura mínima de 1,75

O tubo deverá ser fixado ao solo através de bloco de concreto com 40x40x60cm ,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ

que deverá ter fck mínimo de 22MPa. Além disso, os tubos em sua extremidade superior deverão ser providos de fechamento, para evitar a entrada de água.

3. CHAPAS DE AÇO

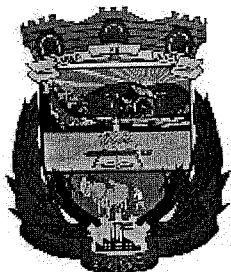
3.1. Generalidades

A chapa a ser utilizada deverá ser a de aço galvanizado de 18, nas dimensões especificadas. Será aplicada tinta epóxi, através de processo de pintura eletrostático.

O lado da placa que será adesivada deverá receber pintura nas cores conforme desenho, sendo até 80% da área poderá ser adesivada.

O lado que não ira receber o adesivo deverá ser pintado na cor preta. As letras e pictogramas serão aplicados sobre a chapa pintada, com filme vinil adesivado retro reflexivo, nas cores descritas na tabela abaixo. A fonte ou o tipo de letra adotada é o alfabeto série, utilizando-se a primeira em maiúscula e as demais em minúsculas. Verifica-se que o tamanho das mesmas será de 100 mm ou 150 mm de altura para a maiúscula, conforme a especificação da placa. O adesivo retro reflexivo utilizado na confecção das placas deverá ter as seguintes características:

- * película refletiva grau de engenharia.
- * base de poliéster
- * espessura de 0,14 micra
- * 07 anos de garantia
- * refletividade mínima de 70 candelas e máxima de 100 candelas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ

Tipo de placa	Forma	Dimensões	Nº de furos	Elemento	Cor
Placas de Identificação de Atrativos Turísticos	Retangular	1,00x1,40m	04	Fundo Orla externa Legendas Pictogramas: Fundo Figura	Marrom: pantone 4695 Branca Branca Branca Preta
Placas de Orientação	Retangular	1,50x1,40 m 1,50x1,40m 1,00x 1,40m 0,75x1,40m	06	Fundo Orla externa Legendas Pictogramas: Fundo Figura	Azul Branca Branca Branca Preta
Placas de Localização	Retangular	0,60x1,40m	02	Fundo Orla externa Legendas Pictogramas: Fundo Figura	Verde Branca Branca Branca Preta
Placas de Prevenção e Preservação	Retangular	1,50x2,50m	06	Fundo Orla interna Orla externa Legendas Pictogramas: Fundo Figura	Branca Branca Preta Preta Preta Preta

4. PLACAS DE SINALIZAÇÃO

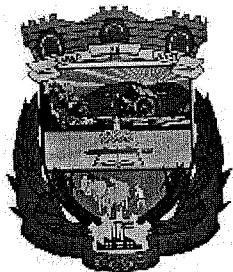
Dimensões da Placa	Quantidade de Placas
1,80x1,40m	02
1,50x1,40m	8
1,00x1,40m	20
0,75x1,40m	8
0,60x1,40 m	27
1,50x2,50m	02

5. DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA

A implantação das placas será feita por empresa contratada por esta, ficando com as seguintes atribuições:

5.1 Todo entulho proveniente dos serviços de limpeza, bem como aqueles que venham a se acumular durante a execução da obra, será removido pela CONTRATADA para a área permitida pela Prefeitura ou outro local a seu critério.

5.2. Todo e qualquer material, instalações ou equipamento que após a limpeza apresentarem vestígios de manchas ou danos serão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ

substituídos pela ou CONTRATADA às suas expensas.

5.3. Ao final da obra, será removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos, recuos e pátio.

5.4. Na entrega da obra será realizada uma rigorosa verificação por parte da CONTRATANTE para constatar a execução de todos os serviços contratados, conforme Projeto e especificações, considerando a qualidade e o funcionamento de todas as instalações.

5.5. A verificação de qualquer erro, imperfeição ou omissão na implantação implicará na imediata recuperação por parte da PMP ou CONTRATADA das partes em desacordo.

5.6. Após a verificação a contento de todos os itens executados, a CONTRATANTE fornecerá Termo de Recebimento Provisório de Obras e Serviços.

Eng. Civil Antônio Augusto Borges

CREA/RS 62.397